PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 84 Abril de 1974 Ano IX

Um Novo General no Governo

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Desde o dia 15 de março, encontra-se à frente do governo federal o general Ernesto Geisel. É o quarto general que ocupa o cargo, depois do golpe de 1º de abril de 1964. Como a dos seus antecessores, sua designação realizou-se nos bastidores dos quartéis, à margem de qualquer consulta à nação. Somente altas patentes das Forças Armadas tomaram parte na escolha que se verificou em meio a acirrada luta entre camarilhas militares. Nem sequer os órgãos de publicidade permitidos puderam fazer comentários sobre a sucessão.

Ernesto Geisel é ferrenho partidário do sistema implantado pela força no país, inimigo da liberdade e dos direitos do povo. Foi chefe da Casa Militar de Castelo Branco e um dos seus principais assessores; atuou como ministro do Superior Tribunal Militar, aplicando severas penas a patriotas e democratas; ocupou, sob o governo de Médici, a presidência da Petrobrás onde imprimiu rumo desnacionalizante à empresa. Nas funções que exerceu, sempre revelou entreguismo e aversão à democracia. Homem de confiança dos imperialistas ianques desde a II Guerra Mundial, será o continuador da atual política antinacional e antipopular que tantos danos vem causando ao Brasil.

I

OS PRINCIPAIS AUXILIARES DE GEISEL

O Ministério organizado por Geisel é bem um retrato do que será o seu governo. A figura mais destacada e chefe do Gabinete Civil é o general Golberi do Couto e Silva, autor de uma obra sôbre geopolítica que defende propósitos hegemônicos do Brasil no Continente, fundador do Serviço Nacional de Informações e um dos dirigentes do truste estadunidense Dow Chemical para toda a América Latina. O cargo de Chefe do Gabinete Militar é ocupado pelo general Hugo de Abreu, tambem ligado ao Pentágono. O general João Batista de Figueiredo, que chefiou a Casa Militar de Médici, responde pelo SNI. Ao Ministério do Exército foi guindado o general Dale Coutinho que, na 2a. Região e depois no comando do IV Exército, se notabilizou na repressão contra todos os que não aceitam o regime tirânico. Na pasta da Aeronáutica permanece o brigadeiro Araripe Macedo, da equipe ministerial de Garrastazu Médici. Pontifica, na Marinha, o almirante Geraldo Henning, reacionário empedernido. Os ministérios dos Transportes e das Comunicações são chefiados por militares retrógrados. Para a Educação, entrou o general reformado e demagogo vulgar Nei Braga, latifundiário no Paraná, totalmente ignorante dos problemas da cultura. Os titulares civis, em sua grande maioria, são homens relacionados com os serviços de inteligência do Exército ou elementos antidemocráticos e apologistas do capital estrangeiro. Na pasta da Fazenda está Mário Simonsen, membro do poderoso grupo financeiro Bozzano associado a bancos internacionais. Armando Falcão, no ministério da Justiça, é conhecido pau-mandado dos generais que, em diferentes épocas e em distintos governos, realizou uma política de provocação e de ataques sistemáticos à democracia. Figura apagada no país, Azeredo da Silveira, à frente do Itamarati, não passa de um antigo e obediente colaborador do Departamento de Estado norte-americano. Seguem-se ainda: no ministério das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, trazido da Petrobrás onde, sob a direção de Geisel, trabalhou pela desnacionalização dessa Companhia e pela quebra do monopólio

(Continua na página 2)

(Continuação da la. página)

estatal do petróleo; na Agricultura, Alisson Paulineli, que se propõe incrementar o capitalismo no campo, sem ferir os interesses dos latifundiários e com o concurso de grupos imperialistas; continua na pasta do Planejamento o integralista Reis Veloso; no setor do Trabalho, instalou-se Arnaldo Prieto, advogado patronal; pelo ministério da Indústria e Comércio responde Severo Gomes (seu primeiro ato foi sancionar um acordo com a Nippon Steel para entregar-lhe o controle da usina siderúrgica de Itaqui).

Não há no Ministério de Geisel um único nome que se destaque pela cultura ou pelo conhecimento dos problemas básicos do Brasil. Na sua totalidade, é constituído por reacionários e fascistas, civis e militares medíocres, adeptos do desenvolvimento dependente. Todos serão peças da máquina administrativa cada vez mais centralizada nas mãos do novo ditador.

II

A ORIENTAÇÃO DO NOVO GOVERNO

Em seus primeiros pronunciamentos, Ernesto Geisel definiu os pontos fundamentais de seu pensamento e programa de governo.

Reclamou a necessidade de manter a ordem e a estabilidade do regime, assim como pediu mais sacrifícios ao povo e o "consenso" de toda a nação, reafirmando fidelidade à doutrina fascista de segurança e desenvolvimento que tem servido de base ao terrorismo da ditadura e de estímulo à penetração imperialista no país. No plano econômico-financeiro, declarou sem rodeios que adotará "as mesmas linhas mestras da política que até agora vem sendo seguida". Ao mesmo tempo, destacou que "serão bem mais altas, as necessidades do ingresso líquido dos capitais estrangeiros - possivelmente o dobro em 1974", ou seja, 7 bilhões de dólares. Preocupado em atender aos agudos problemas da carência de petróleo, matérias-primas, tecnologia, e voltado fundamentalmente para o mercado externo, onde deposita suas esperanças para resolver as dificuldades que a economia nacional enfrenta, Geisel revelou-se não apenas um continuador da política de portas abertas ao capital alienígena mas principalmente um ardoroso partidário dessa orientação. Afirmou: "Torna-se recomendável a manutenção da mesma política sábia de tratamento equânime e até mesmo favorecedor que vem sendo concedido ao capital estrangeiro". Na esfera da política exterior, além do firme entrosamento com os Estados Unidos, aconselhou dar "relevo especial ao nosso relacionamento com as nações irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar". Trata-se de acentuar as tendências expansionistas em direção à América Latina e à África já manifestadas pela ditadura militar e que refletem os interesses do imperialismo norte-americano e das classes dominantes brasileiras. Em relação à política interna, embora suas idéias apresentem sentido sibilino, defendeu categoricamente a continuação, até que se lhes possa dar caráter permanente, dos instrumentos excepcionais de repressão, como a AI-5 e outros. Postulou a "implantação definitiva" do que chama "a nossa doutrina revolucionária", isto é, a doutrina antinacional e antipopular que vem sendo aplicada há dez anos. Salientou que a contra-revolução de 1964 é irreversível. Para mistificar a opinião pública, prometeu um "gradual e seguro aperfeiçoamento democrático", dizendo que isto depende de que todos reconheçam como autêntico e legal o sistema em vigor e não ousem contestá-lo de nenhuma forma. No terreno social, particularmente no que respeita aos operários e camponeses, Geisel exprimiu seu reacionarismo primário ao opor-se ao aumento de salários e vencimentos e à luta por melhores condições de vida. Asseverou: "Nossa experiência anterior à revolução de 1964 e experiências semelhantes em outros países desabonam esse distributivismo emocional". Ele defende o distributivismo atual, despido de emoções, duro, arrochado. Os trabalhadores devem ser nutridos apenas pela miragem de uma repartição menos injusta da renda num futuro longínquo. Enquanto isto, a renda se concentrará mais ainda nas mãos de uma minoria insignificante de magnatas nacionais e estrangeiros que saqueiam as riquezas do país e exploram impiedosamente a classe operária e as massas camponesas. A respeito destas, Geisel, referindo-se ao período anterior ao golpe, afirmou em seu discurso de 31 de março último: "A terra esvaía-se de significação ante as ameaças cotidianas de injustificadas expropriações e invasões de massas insufladas pelos agentes da desordem". Para ele, a luta dos cam-

(Continua na página 3)

(Continuação da página 2)

poneses por seus direitos e pela terra não passa de simples desordem que deve ser combatida por todos os meios tendo em mira o resguardo e o fortalecimento dos sagrados privilégios e interesses dos latifundiários. No terreno da educação, não saiu das generalidades, sustentando a mesma diretriz dos governos militares anteriores e menosprezando os anseios democráticos pela elevação do nível do ensino e pelo desenvolvimento de uma cultura realmente nacional. Por fim, manifestando seus verdadeiros propósitos, Geisel determinou o reforçamento do Estado-policial, recomendando "aos senhores ministros interesse particular por um melhor entrosamento dos órgãos ministeriais e das centrais do Sistema Nacional de Informações".

Em essência, tal a política, tal a orientação de Ernesto Geisel.

III

A TAREFA PRINCIPAL

Ainda que os objetivos de Geisel sejam fundamentalmente os mesmos dos três governos que o antecederam, sua tarefa principal na gestão ora iniciada é tentar consolidar o sistema fascista e ampliar a base política da ditadura.

Nestes dez anos, o regime surgido com o golpe de 1964, não conseguiu criar o modelo político definitivo nem alcançar a estabilidade desejada. Desde sua instauração, os militares têm procurado encaminhar soluções pretensamente constitucionais com aquela finalidade. As tentativas realizadas por Castelo Branco e Costa e Silva fracassaram. Médici, no início do seu governo, fez promessas a respeito, mas ao terminar seu mandato declarava que o Estado de Direito já existia. Não obstante, os generais, com a ajuda de "experts" ianques, continuam buscando o modelo que assegure estabilidade à ditadura e sirva de paradigma a outras nações do Continente.

O motivo dessa busca é a necessidade que eles têm de dar ao regime feição permanente, superando a fase de transitoriedade em que ainda se encontra. Sabem que a esmagadora maioria do povo não aceita o estado de coisas vigente e exige liberdades democráticas; que círculos políticos cada vez mais vastos reclamam insistentemente a liquidação dos instrumentos de exceção e a volta ao Estado de Direito. Tratam, por isso, de estabelecer uma super-estrutura jurídico-política capaz de consagrar os princípios ditatoriais e dissuadir quaisquer veleidades de retorno à democracia representativa, mesmo com todas as restrições que esta sempre apresentou no país.

De outra parte, a ditadura militar atingiu, nos últimos anos, acentuado grau de isolamento. Os métodos de repressão e violência que se abatem sobre amplos setores da população, assim como a orientação econômico-financeira que gera fome e miséria para as massas populares, reduziram seriamente a já precária base de sustentação do regime. Em que pese a demagogia patrioteira e a corrupção em larga escala, os generais no Poder não conseguiram apoio dos trabalhadores, dos estudantes, da intelectualidade, nem dos pequenos e médios empresários nacionais. Chegou a ponto de a Igreja Católica e um órgão de imprensa tão conservador como "O Estado de S.Paulo" tornarem-se de certo modo oposicionistas. Até mesmo um ministro de Médici, representando setores de fazendeiros, demitiu-se em sinal de desaprovação à linha governamental. A realidade é que a oposição cresce em extensão e profundidade, embora coibida violentamente e proibida de contestar abertamente o Sistema.

As correntes militares ligadas a Geisel procuram meios e formas de romper o isolamento. A fim de atrair forças sociais e políticas em apoio à sua Administração, Geisel acena com o que denomina de um novo estilo de governo. Busca contatos com parlamentares, políticos influentes, intelectuais, antigos pelegos, com a cúpula do MDB e também com a imprensa e a Igreja. Nas áreas militares, acerca-se de facções que estiveram unidas a Castelo Branco e a Costa e Silva, hoje, em certa medida, no ostracismo. Declara, sub-repticiamente, que estabelecerá mudanças no quadro político nacional, tendo em vista realizar uma abertura, mas que é preciso dar tempo ao tempo, pois só mais tarde e gradualmente poderá corrigir os "excessos" do regime, e desde que "as minorias trêfegas", ou melhor, a oposição decidida desapareça da cena. Aos elementos mais exacerbados das

(Continua na página 4)

(Continuação da página 3)

Forças Armadas afirma que as promessas que faz no âmbito civil têm apenas caráter tático. Na verdade, seu plano consiste em ganhar ou neutralizar setores descontentes e isolar a oposição mais resoluta.

A abertura que Geisel promete nada tem a ver com liberalização do Sistema. Ele não permite falar nem mesmo em "descompressão". Seu objetivo é a institucionalização do fascismo como parte dos projetos de consolidação do regime. Tanto quanto possível, diz ele, deve-se governar com as leis (as leis fascistas) e não propriamente com os instrumentos de exceção. Pretende, assim, incluir o AI-5 no texto da Constituição outorgada, dando caráter estável aos processos arbitrários até agora considerados excepcionais e temporários. Por isso, apela para a "imaginação política criadora capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional". E seu ministro da Justiça esclareceu que "não serão admitidos os desafios e as contestações e o governo saberá usar os instrumentos legais de que dispõe, ordinários e extraordinários, para continuar garantindo, na máxima plenitude, a ordem, a paz e a estabilidade", o que significa, em outras palavras, a permanência do arbítrio instituído com o golpe de 1964.

IV

OS MANEJOS FASCISTAS ESTÃO CONDENADOS AO FRACASSO

A realização da tarefa a que Geisel se propõe está condenada ao completo fracasso. Suas pretensões são inaceitáveis. Chocam-se com as aspirações democráticas e os sentimentos antifascistas da imensa maioria da população ansiosa de liberdade para melhor lutar pelos interesses nacionais, incentivar a cultura e desenvolver o Brasil em benefício de seus filhos e não de um punhado de exploradores nativos e dos trustes e monopólios internacionais.

O povo brasileiro derrotou os manejos de Castelo Branco e de Costa e Silva tendentes a estabilizar o Sistema. Derrotou igualmente as tentativas de Médici de consolidar a ditadura fascista. Hoje, com maior experiência, não se deixará levar por engodos tão grosseiros como os difundidos por Geisel e seu grupo. São inevitáveis o desenvolvimento das lutas populares e a contestação crescente ao odioso regime de força que se instaurou no país.

A ampliação da base política pretendida por Geisel esbarra na margem estreita de concessões que poderá levar a efeito. Os setores sociais e políticos que tenta ganhar têm interesses a defender, não aceitam simples promessas vazias de conteúdo. O novo governo inclina-se a fazer concessões, particularmente aos fazendeiros e aos grandes produtores agrícolas. Trata, também, de propiciar alguns recursos do Estado e de investimentos do exterior a empresários nacionais, incluindo pequenos e médios em condições aflitivas. É possível atender determinados reclamos em outras áreas. Mas não pode satisfazer as reivindicações da maior parte da população. Bem ao contrário: para dar aos fazendeiros e à burguesia terá que arrochar mais ainda a situação das massas e intensificar a exploração dos trabalhadores, já que não pensa em tocar nos lucros elevados dos grandes capitalistas e dos monopólios estrangeiros. No âmbito político, onde as exigências são mais prementes e fundamentais, nada ou muito pouco pode conceder. Em face da grave conjuntura, fruto do rumo seguido nestes últimos dez anos, e do imenso descontentamento que tende a extravasar, os militares consideram que os diques da contenção popular precisam ser reforçados e não enfraquecidos por concessões arriscadas. Nas primeiras semanas de governo, Geisel adotou providências arbitrárias. Investiu contra o mandato do deputado Francisco Pinto, do grupo dos "autênticos" do MDB, há tempo na mira dos generais. A nova lei eleitoral em tramitação no Congresso, com o apoio governamental, objetiva restringir as exíguas possibilidades da oposição consentida no pleito deste ano. Apesar das promessas de atenuação, a censura prossegue e continuam as prisões e torturas de trabalhadores, estudantes e democratas. O chamado diálogo com a Igreja segue em ponto morto. Até agora a rádio Nove de Julho, da Arquidiocese de São Paulo, não foi devolvida. Quanto aos cassados em 1964, depois de extinto o prazo de dez anos da pena que lhes foi imposta, o governo declara que eles continuarão inelegíveis, praticamente privados de seus direitos civis.

(Continua na página 5)

(Continuação da página 4)

Por sua vez, importantes setores das Forças Armadas opõem-se a quaisquer modificações no terreno político. Consideram inconveniente a institucionalização do regime, mesmo conservando todas as suas características atuais. Estes setores, nos quais se incluem Médici e sua camarilha, defendem a continuação pura e simples da presente situação, a manutenção indefinida do AI-5, a extensão da censura, a ampliação do terrorismo policial. Segundo eles, qualquer oposição deve ser esmagada através da coação ou de medidas repressivas. A luta que se trava entre grupos militares reflete-se também na indicação dos governadores. Em todos os Estados, a divisão nas hostes da reação manifesta-se com bastante força. Em São Paulo ficou evidente a disputa entre os grupos que seguiam Delfim Neto, ligado a Médici, e os que, com o apoio de Geisel, sustentavam a candidatura de Paulo Egídio, ambos serviçais da ditadura, reacionários e entreguistas.

Além disso, grave é o quadro econômico-social do país. Ao fim de um decênio, o regime dos militares descobre suas profundas mazelas. O Brasil, cujo endividamento externo era, em 1964, de 3,5 bilhões de dólares, atualmente alcança quase 14 bilhões e a tendência é aumentar. O pagamento dessa dívida constitui pesado ônus sobre a população. As desigualdades regionais acentuaram-se. O Norte e o Nordeste ocupam lugar percentualmente inferior, em todos os aspectos, ao de alguns anos atrás em relação às regiões do Centro-Sul. Contida artificialmente ou a custa do sofrimento das massas, a inflação volta a manifestar ritmos acelerados de crescimento: em 1973 andou pela casa dos 25% e este ano atingirá índices bem superiores. Agrava-se a carestia de vida e a massa consumidora vive a braços com a escassez dos gêneros de primeira necessidade. Piorou a situação dos trabalhadores das cidades e do campo, com os salários de fome e a constante e furiosa perseguição às suas lutas. O ensino está em processo de falência, baixou de nível e há falta de professores qualificados devido à baixa remuneração e às restrições políticas. A corrupção grassa escandalosamente. Os protegidos da ditadura, sobretudo militares, estão envolvidos em vultosas negociatas. Cerca de 10% da população dos principais centros urbanos são formados de menores abandonados. Somente em São Paulo há perto de 600 mil. Os índices de criminalidade elevaram-se bruscamente e a brutalidade da polícia campeia por toda a parte. O Brasil, uma grande nação de 100 milhões de habitantes cada vez mais pobres e privados de toda liberdade, está subjugado por um punhado de militares retrógrados, torna-se sempre mais dependente dos Estados Unidos.

Também do ponto-de-vista internacional, a política de Geisel não encontra condições favoráveis. Os países capitalistas poderosos, em particular as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, mergulhados em crescente crise econômica e financeira, tratam de descarregar sobre as nações débeis o peso de suas atuais dificuldades, promovendo intensa disputa pelos mercados, por fontes de matérias-primas baratas e esferas de influência. Concentrando esforços na exportação para obter divisas necessárias ao pagamento das importações, da dívida externa e remessa de lucros, o Brasil sofrerá constantes danos em sua economia, será presa fácil do processo de espoliação dos monopólios, sobretudo dos norte-americanos.

Os velhos males da sociedade brasileira - a dependência ao imperialismo dos Estados Unidos e o predomínio do monopólio da terra - agravam-se em consequência da política da ditadura. Por isso, o governo de Geisel enfrentará dificuldades multiplicadas e uma situação social cada vez mais séria. Aumentará a revolta das massas e elevar-se-á o nível das lutas pelas reivindicações sentidas. Crescerá o ódio às Forças Armadas, instrumentos que sempre foram dos inimigos da liberdade, da independência e do progresso social. As discórdias nas áreas militares tendem a acentuar-se. O país marcha para crises políticas e sociais da maior envergadura.

V

UNIDADE DE AÇÃO CONTRA O FASCISMO

O povo tem diante de si a urgente tarefa de desmascarar as manobras políticas dos generais, isolá-los mais ainda e ampliar em todos os sentidos a frente

(Continua na página 6)

(Continuação da página 5)
de oposição e resistência ao fascismo. A esmagadora maioria dos brasileiros jamais se conformou com a supressão de suas liberdades, jamais aceitou a tirania dos militares. Há dez anos combate os traidores da nação. Milhares de patriotas passaram pelas prisões e sofreram selvagens torturas. Centenas foram assassinados pela reação. Imenso é o número dos perseguidos políticos. Cada dia, porém, aumentam as fileiras dos que se opõem com decisão à ditadura fascista. Em toda parte elevam-se protestos. Nas escolas, nas fábricas, nas usinas, nas praças públicas, no campo, surgem variadas formas de luta. No sul do Pará, há dois anos, patriotas e moradores locais sustentam heróica resistência armada, desenvolvem um movimento guerrilheiro que conta com o apoio e a simpatia de grandes massas.

É necessário unir forças e desenvolver um poderoso movimento antifascista, combativo, capaz de congregar e somar os esforços de todos os que almejam livrar o país da ditadura. A unidade de ação se impõe. Qualquer que seja a corrente política, a filiação doutrinária, a religião a que pertença - os patriotas estão chamados a ocupar um posto de honra no movimento democrático. Os comunistas lutam por um governo popular revolucionário, batem-se pela criação de um regime democrático popular. Defendem a solução revolucionária e um programa radical de governo. Julgam ser esta a verdadeira meta para alcançar o progresso, a liberdade, a justiça social e a autêntica independência nacional. Sem abrir mão de seus objetivos programáticos, os comunistas estão dispostos, na presente situação, a marchar com todos os que desejam derrubar o fascismo e conquistar um regime democrático, representativo, que respeite as liberdades do cidadão e permita a luta pelos direitos dos trabalhadores e do povo, pela salvaguarda dos interesses da nação.

A unidade de ação, o surgimento e o fortalecimento da frente democrática e antifascista podem ser conseguidos na luta comum, objetivando:

- Desmascarar o terrorismo fascista, combater o assassínio de presos e perseguidos políticos e a tortura de patriotas. Exigir a liberdade dos detidos e dos condenados pela Lei de Segurança Nacional, assim como a punição dos carrascos e torturadores;
- Reclamar a cessação da censura à imprensa, ao teatro, à televisão, à música popular e a liberação das estações de rádio cassadas indevidamente;
- Defender o direito de os trabalhadores lutarem por melhores salários e condições de existência, oporem-se à política do arrocho salarial e à intromissão da polícia e do Ministério do Trabalho nos sindicatos;
- Combater a carestia de vida, a especulação e a escassez de alimentos;
- Exigir a imediata anulação do decreto 477, o livre funcionamento dos Diretórios Acadêmicos e o fim da perseguição a estudantes e professores;
- Pugnar pelos direitos dos lavradores e dos posseiros de todo o país, condenar a grilagem e a exploração brutal dos assalariados agrícolas. Exigir que cessem as discriminações e restrições à entrada de camponeses na Amazônia e que se respeite a terra dos índios;
- Demandar a liberdade de culto, de pregação, de atividade social da Igreja Católica e de outras religiões;
- Reclamar a integração, sem restrições, na vida política do país de todos os cassados pelo regime militar;
- Exigir os direitos democráticos para o povo: liberdade de expressão do pensamento, de associação, de greve, de criação artística. Reclamar a abolição imediata do AI-5. Pugnar por eleições diretas para todos os cargos eletivos e a livre organização de partidos políticos. Pleitear respeito ao princípio da inviolabilidade dos parlamentares por suas palavras e ações políticas no exercício do mandato;
- Reivindicar uma Constituição democrática, elaborada através de uma Assembléia Constituinte livremente eleita;
- Defender os interesses nacionais, a salvaguarda das riquezas naturais. Desmascarar o entreguismo e a espoliação do país pelos imperialistas;

(Continua na página 7)

(Continuação da página 6)

- Opor-se à intromissão da ditadura fascista nos assuntos internos dos países vizinhos. Expressar solidariedade à luta dos povos irmãos do Continente.

A ditadura não cairá por si mesma nem através de graduais "aberturas" promovidas por generais reacionários. O povo brasileiro terá que derrubá-la. A ação comum de todos os patriotas e democratas e a luta decidida, sempre mais enérgica e de diferentes tipos, em todos os recantos do país, levarão o povo à vitória.

Rio, abril de 1974

A COMISSÃO EXECUTIVA DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

"A revolução violenta era e é a única saída para o povo brasileiro livrar-se da opressão, da miséria e do atraso. O Brasil sempre viveu sob o guante das forças reacionárias. A não ser em períodos muito breves, jamais houve liberdade no país. Imperaram o arbítrio e a mais feroz repressão contra as massas. Os movimentos patrióticos e democráticos de maior envergadura ou em defesa dos interesses dos trabalhadores foram, em geral, esmagados pela força bruta. Em nenhuma época foi respeitado o direito de greve e nunca os camponeses tiveram liberdade para se organizar e lutar por suas reivindicações. O partido do proletariado, durante quase toda a sua existência, foi duramente perseguido e obrigado a viver na clandestinidade. Neste meio século, salvo pequenos interregnos, predominaram no país regimes de exceção."

(Do documento "CINQUENTA ANOS DE LUTAS" - do Comitê Central do PC do Brasil)

OUÇA DIARIAMENTE

RÁDIO TIRANA: 31 e 42 metros
Das 20 às 21 hs. e das 22 às 23 hs.

RÁDIO PEQUIM: 25 e 42 metros (Das 19 às 20 hs.)
19,4 e 32 metros (Das 21 às 22 hs.)

SOVIÉTICOS AJUDAM A DITADURA - Continuação da página 10

As forças democráticas e patrióticas brasileiras têm o dever de desmistificar a política dos social-imperialistas soviéticos, de revelar melhor sua catadura de inimigos jurados do nosso movimento de emancipação nacional e social e contribuir para que sejam definitivamente desmascarados e derrotados.

DOIS ANOS DE LUTA GLORIOSA

Aos valorosos guerrilheiros do Araguaia
Aos destemidos moradores do vasto e sofrido sul do Pará

Pela passagem do segundo aniversário da heróica resistência armada iniciada a 12 de abril de 1972, recebam nossas fraternais e entusiásticas saudações de combate. Vocês estão realizando uma façanha memorável, de elevada significação para os destinos do Brasil. Os sacrifícios inauditos, o sangue derramado e as vidas imoladas em favor da liberdade e da justiça para o povo brasileiro ficarão eternamente gravados na mente e no coração de todos os patriotas.

São dois anos de uma luta desigual, mas necessária e gloriosa. A ditadura militar não poupa esforços nem recursos para sufocar a ferro e fogo o valente núcleo de rebeldia. Vem empregando os meios mais cruéis para vergar o indômito espírito de luta dos moradores e exterminar os que ousaram levantar-se em armas. Desde o primeiro instante, suas tropas investiram furiosamente contra os lavradores pacíficos que labutavam, sem assistência de nenhuma espécia, em terras de há muito cobiçadas por poderosos tubarões nacionais e estrangeiros. Não foram poucas as vítimas de suas tropelias. Todavia, numa demonstração inequívoca de que os crimes dos militares fascistas redundam no contrário do que pretendem, surgiram os grupos e destacamentos guerrilheiros, assim como a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. Este foi um acontecimento inédito, um grande êxito da resistência armada. Quanto mais a ditadura tenta esconder o fato,ou difundir calúnias contra os combatentes, mais a causa destes granjeia simpatia e apoio. Derrotada em sua primeira ofensiva, a reação preparou a segunda, com um efetivo de quase uma dezena de milhar de homens. O episódio da derrota repetiu-se, porém, em maior escala.

Conhecendo melhor a natureza de seus inimigos, principalmente o caráter covarde, terrorista, corrupto e também demagógico do Exército e das demais Forças Armadas, os guerrilheiros e a população local se aprestaram para novas lutas e sacrifícios, com ânimo revigorado e alta consciência de seus problemas e responsabilidades. Assim, vocês aguardaram a terceira e inevitável arremetida dos generais fascistas. E com efeito, desde 7 de outubro do ano passado até recentemente estava em curso uma grande operação militar, a mais longa e feroz das até agora realizadas. Milhares de soldados e tropas especializadas vasculhavam a área com o fim de exterminar os guerrilheiros e extirpar qualquer sentido de oposição no Araguaia. Atrocidades são cometidas contra os habitantes dos povoados, das cidades e de toda a redondeza. Quase ninguém é poupado de torturas ou vexames. A repressão assume formas selvagens. Para atingir seus objetivos de cercar e liquidar as forças guerrilheiras e destruir a indomável determinação de luta do povo, o regime dos generais está disposto a tudo. Tem certeza de que enquanto houver guerrilheiros na região, ainda que poucos, a gente humilde mostrará coragem e esperança, não se curvará à imposição dos grileiros, dos capangas e dos poderosos. Sabe que se não arrancar o sentimento de liberdade do coração dos lavradores, se não massacrar todos os homens decididos, a luta continuará, estender-se-á, agrupando maior número de combatentes, ajuntando mais gente dos patrimônios, povoados, vilas e cidades. Teme, em suma, que a causa dos guerrilheiros venha a triunfar porque é a causa do povo, de toda a nação empobrecida, espoliada e oprimida.

Garrastazu Médici não quis terminar sua famigerada gestão sem desencadear uma última onda de violência e terror para ver se aniquilava a resistência armada do sul do Pará. Mas não o conseguiu, porque a luta guerrilheira reflete as mais sentidas aspirações populares. Ele saiu do governo desmascarado e odiado como o verdugo mais sanguinário que o Brasil já produziu. Os combatentes do Ara

(Continua na página 9)

(Continuação da página 8)

guaia provaram que não se deixarão abater. Nenhum golpe, por mais duro que seja, quebrantará sua vontade de ferro.

Em face de tão bestial ofensiva, de tão sinistros propósitos, as forças guerrilheiras tratam de preservar suas fileiras. Não se apegam a posições fixas. Aplicam a tática da retirada em ordem, afastando-se das zonas onde o inimigo se encontra. Dividem-se em pequenos grupos para facilitar o deslocamento e não deixar rastro. Redobram de vigilância e procuram impedir, por todos os meios, que os adversários as localizem. Em caso de necessidade, abandonam as áreas onde vinham atuando, inclusive roças, grotas e lugares anteriormente utilizados como refúgios. Nessas circunstâncias, o deslocamento torna-se uma vantagem.

Não há dúvida de que os guerrilheiros do Araguaia têm condições para resistir e possuem imenso campo de manobra. Com a experiência adquirida, podem deslocar-se rapidamente fora do alcance das tropas inimigas, aparecer e desaparecer em diferentes pontos da região, aperfeiçoar constantemente sua capacidade militar e de combate.

Os comunistas expressam sua confiança em que as Forças Guerrilheiras do Araguaia, com a ativa solidariedade dos bravos moradores locais, encontrarão as formas de opor-se com êxito a todos os selvagens ataques da ditadura fascista, sobreviverão e desenvolverão continuamente suas fileiras e suas ligações com as massas, a fim de torná-las não só firmes pontos de apoio como valentes lutadores da causa popular. A heróica resistência do Araguaia representa os primeiros passos de uma áspera e longa jornada que deve sacudir toda a nação brasileira e percorrer os mais remotos recantos do país. Outros contingentes incorporar-se-ão a essa marcha grandiosa e seguirão o exemplo dos guerrilheiros do Araguaia. Nunca o sentimento de repulsa nacional ao regime dos generais foi tão forte como hoje. Do ditador de plantão, Ernesto Geisel, a imensa maioria do povo nada espera de bom. Ao contrário, a situação vai piorar, maiores dificuldades e padecimentos recairão sobre as costas dos que trabalham. Por conseguinte, todos hão de convencer-se de que o único caminho é abandonar as ilusões e enveredar pela resistência, unidos e organizados, até a derrubada da ditadura militar e a conquista da liberdade e da independência da Pátria. Sempre que a guerrilha e as lutas corresponderem aos anseios das massas, serão indestrutíveis.

O Partido Comunista do Brasil não cessará de batalhar pela mais ampla unidade das forças patrióticas e democráticas a fim de livrar o país da tirania e garantir ao povo o direito de decidir seu próprio destino. Continuará a apoiar sem temer e sem desfalecimento a luta dos moradores e dos guerrilheiros do Araguaia, e de todos os que reclamam uma vida com justiça e bem-estar. Bater-se-á de modo conseqüente para que seja desfraldada em todos os rincões a bandeira da luta armada, único caminho para assegurar a liberdade, o progresso e a independência nacional.

Vivam as Forças Guerrilheiras e os moradores do sul do Pará!

Viva a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo!

Abaixo a ditadura militar-fascista!

Rio de Janeiro, abril de 1974

O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

"O estudo da arte militar, o manejo das armas, o domínio dos métodos de combate, o aprendizado que permita realizar ações na retaguarda do inimigo, a preparação física e moral para a luta armada - tudo isto deve constituir preocupação constante dos revolucionários proletários".
("Cinquenta Anos de Luta" - Documento do CC do PC do Brasil)

Soviéticos Ajudam a Ditadura

Os dirigentes revisionistas soviéticos vivem a apregoar sua intransigência antiimperialista e antifascista, a apresentar-se como campeões dos direitos democráticos e da luta da independência dos povos oprimidos. Tentam, desse modo, jogar areia nos olhos das pessoas simples e incautas, que não acompanham atentamente as ações e manobras do social-imperialismo e desconhecem sua verdadeira face. É preciso, portanto, desmascará-los continuamente.

O exemplo das relações da União Soviética de Brezhnev com o Brasil dos generais é bem característico de quanto são falsas as posições e a política alardeadas pelos revisionistas soviéticos. Desde que, em 1964, foi derrubado o governo de João Goulart e implantado o regime militar, os governantes de Moscou não só formalizaram imediatamente o reconhecimento do novo Poder como procuraram ampliar seus entendimentos com os golpistas. O fato de a ditadura brasileira ter arvorado, para efeito de sua política internacional, o chamado princípio das fronteiras ideológicas não constituiu obstáculo para que os ajustes da União Soviética com o Brasil se desenvolvessem normalmente e até melhorassem. Durante o governo Médici, quando a atividade repressiva dos generais fascistas se fez mais intensa, os social-imperialistas soviéticos se esforçaram por estreitar os laços comerciais e culturais e encontrar outras formas de cooperação para ajudar o regime de 1º de abril. Várias delegações esportivas e artísticas da URSS vêm participando de festivais organizados pela ditadura. O certo é que o comércio entre os dois países já atingiu a casa dos 100 milhões de dólares, estando os revisionistas soviéticos empenhados em aliviar as dificuldades dos atuais governantes brasileiros, usufruindo, ao mesmo tempo rendosos proventos.

Assim, não é de admirar que um representante especial de Nicolai Podgorny - o chefe do Departamento Latino-Americano da chancelaria do Crêmlin, Dimitri Zukov - viesse participar da posse do general Ernesto Geisel, como se se tratasse de uma investidura democrática e não de uma rendição de guarda. Zukov foi um parceiro à altura de Pinochet, Banzer, Bordaberry e de outras figuras do fascismo no Hemisfério que compareceram ao ato. Depois, para demonstrar os laços estreitos que unem Moscou a Brasília, realizou uma entrevista, no seu dizer "cordial e compreensiva", com Ernesto Geisel, a quem qualificou de "homem eminentemente político". Embora afirmando que "todos os assuntos tratados foram importantes e isso por enquanto é mais útil do que sua divulgação", acrescentou que no encontro foram estabelecidas as bases de um intercâmbio soviético-brasileiro mais intenso. Os jornais oficiosos divulgaram ainda que Zukov ofereceu presentes a Geisel e a sua mulher.

Evidentemente, esse tipo de relações da superpotência revisionista com a ditadura dos generais brasileiros não obedece a nenhum princípio socialista, a qualquer propósito generoso. Nem mesmo favorece, na mais ínfima parcela, os interesses do povo brasileiro e dos povos da União Soviética. Ambos os governos podem falar em princípios. O soviético se diz fiel ao leninismo, sem o menor pudor, e o brasileiro deu agora para aludir a um "pragmatismo responsável". Mas na realidade, tanto um como o outro se regem pelo lema dos "negócios acima de tudo", nem que sejam com o diabo. Para o inferno com os princípios... Tudo deve ser feito para o enriquecimento da minoria burguesa exploradora. Do ângulo dos justos e efetivos interesses da nação brasileira oprimida, essas relações são sumamente nocivas, apenas fortalecem os inimigos internos e externos do povo e do país. E examinando-se do ponto-de-vista político, são mais condenáveis ainda porque repousam no reconhecimento expresso da ditadura militar-fascista, objetivam dar-lhe legitimidade. Neste sentido, os elogios de Zukov a Geisel não são gratuitos nem casuais. Alimentam ilusões em certos setores de que esse general entreguista e reacionário consiga consolidar o atual sistema e ampliar sua base política para levar adiante os objetivos antinacionais e antipopulares. Fazem parte, além disso, da política de penetração do social-imperialismo soviético no Brasil e nos demais países da América Latina. Apesar de formalmente respeitar esta área como reservada aos Estados Unidos, a União Soviética, na luta pela hegemonia mundial, a tudo recorre a fim de nela realizar negócios e firmar posições.

(Continua na página 7)